

AMB reivindica participação da sociedade civil no ciclo orçamentário

Um dos atos do Comitê Político Nacional da AMB, reunido em Brasília de 13 a 15 de junho, foi participar de uma audiência com o presidente da Câmara de Deputadas/os, Severino Cavalcanti.

No encontro, representantes da Articulação e do Fórum Brasil Orçamento (FBO) reafirmaram a necessidade de participação da sociedade civil no ciclo orçamentário, solicitando atenção e apoio do presidente da Câmara nas emendas apresentadas pela sociedade civil ao relator do Projeto de Lei da LDO (dep. Gilmar Machado), entre as quais está a supressão do Artigo 2º, para extinção da política de superávit primário.

Além disso, as mulheres ressaltaram o compromisso já assumido pelo deputado relator em integrar à LDO orientações para que a/o parlamentar relator/a da Lei de Orçamento Anual (LOA) realize audiências públicas de caráter estadual ou regional, de modo a possibilitar a participação da sociedade no ciclo orçamentária e, deste modo, contribuir para que este processo seja democratizado.

Para conhecer o conjunto de emendas apresentadas pelo FBO ao relator da LDO, acesse www.forumfbo.org.br.

O Fórum Brasil do Orçamento (FBO) reúne 42 entidades da sociedade civil (entre as quais, a AMB), que acompanham os processos de elaboração e execução do orçamento público, considerando os significados das escolhas políticas que determinam seu resultado e o impacto sobre as políticas públicas.

CONtextos

Feministas e outros movimentos sociais convocam mobilização da sociedade

Anexamos a esta edição a íntegra da Carta ao Povo Brasileiro, convocatória à mobilização social assinada por diversas organizações, entre as quais a AMB.

A iniciativa é parte de um movimento articulado da sociedade civil pela ética na política, e por uma ampla reforma política democrática, que fortaleça a democracia e dê ampla transparência ao funcionamento dos partidos políticos e aos processos decisórios; pelo fim da política de superávit primário; por participação e controle social nas políticas públicas.

Democracia e Participação

No segundo anexo, outra convocatória. O Fórum Nacional de Participação Popular – FNPP, convida organizações da sociedade civil para a construção de uma agenda e de estratégias que ampliem os sentidos da democracia e da participação, e sua relação com o significado do desenvolvimento.

Conhecendo o orçamento público

O Fórum Brasil do Orçamento divulgou em Brasília, durante o Seminário realizado em parceria com a AMB e o Unifem a terceira edição, revista e ampliada, da cartilha “Superávit Primário”.

Para solicitar exemplares da cartilha escreva para: fbo@forumfbo.org.br.

Por Internet, é possível ter acesso amplo a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. Para consulta, basta consultar o Siga Brasil, um sistema de informações cuja primeira versão está disponível no site do Senado Federal, no endereço: www.senado.gov.br/sf/orcamento/siga/siga.asp

FMPE exige manutenção da Coordenadoria

Em audiência realizada na última quinta, (16), o Fórum de Mulheres de Pernambuco obteve do Prefeito João Paulo o compromisso de rever a decisão de extinguir a Coordenadoria da Mulher de Recife. Segundo o Prefeito, as justificativas para a manutenção da Coordenadoria apresentadas pelo FMPE e outras organizações de mulheres serão encaminhadas à próxima reunião da coordenação do governo municipal, no final de junho.

Segundo Betânia Regino, coordenadora do Fórum, na audiência foi destacado para o Prefeito que o movimento reivindica a manutenção do atual status da Coordenadoria no governo, ressaltando que a sua integração à Secretaria de Direitos Humanos seria um grande retrocesso: o mesmo governo que estabeleceu uma coordenadoria para as mulheres, estaria retirando do governo um órgão que pode viabilizar e monitorar que as políticas para mulheres perpassem todas as áreas da gestão municipal. A reforma do secretariado municipal, segundo informou o Prefeito, estava sendo feita a partir do entendimento que a Coordenadoria e a Secretaria de Direitos Humanos seriam organismos concorrentes no governo.

Também participaram da audiência com o Prefeito: Vera Baroni (FMPE); Ana Bosch (rep. do FMPE no Conselho Municipal da Mulher); Sílvia Cordeiro (Centro das Mulheres do Cabo); Betânia Ávila (representando a AMB e Rede Feminista de Saúde); Simone Ferraz (Comissão de Mulheres da CUT); Marylúcia Mesquita (Liga Brasileira de Lésbicas/Nordeste); Dôra Pires (Mulheres do PSB).

1000 Mulheres para o Nobel da Paz 2005

Em 29 de junho de 2005, às 10 horas (Suíça) – 7 horas (horário de Brasília) –, os nomes das 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005 serão anunciados para todo o mundo. A lista dos 1000 nomes será publicada na página www.1000peacewomen.org no mesmo dia.

Nas demais 20 regiões do mundo, a coordenação local está programando eventos, principalmente com presença da mídia, considerando a importância da visibilidade da iniciativa. Até o momento, estão sendo planejadas 22 coletivas de imprensa nas cidades de São Paulo, Tashkent, Hong Kong, New Delhi, Kabul, Boston, Nairobi e igualmente em muitos outros lugares do planeta. Segundo informe da organização da iniciativa, em quase todas as coletivas de imprensa estarão presentes algumas das mulheres nomeadas, que farão relatos sobre seu trabalho.

Até meados de outubro deverá estar pronta a publicação, em inglês, sobre as 1000 mulheres indicadas, com a apresentação do trabalho e da trajetória de cada uma. O livro terá uma tiragem de 13.500 exemplares e cada mulher indicada terá duas páginas, uma para o texto e outra para foto.

Do Brasil foram recebidas, em quatro meses, 262 indicações, de diferentes regiões e origens étnicas. Ao final, foram selecionadas 52 mulheres, que juntamente com as demais indicadas têm atuado pela promoção da paz, da igualdade e da justiça. (Fonte: tradução livre de Memória Lélia Gonzalez)

CRECHES

Movimento apresenta emenda à LDO

Reunidas em Brasília para participação no Seminário Nacional - “A dinâmica do orçamento público na promoção da justiça social”, a coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Denise Carreira, e a secretária da AMB, Carla Batista, questionaram o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006, deputado Gilmar Machado, sobre a exclusão de recursos para educação infantil de 0 a 3 anos (creches) na proposta de Emenda Constitucional (PEC), encaminhada pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional, semana passada, para criação do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

Ainda durante o Seminário, solicitou-se ao relator da LDO a inclusão desta questão na Lei e, neste sentido, a Campanha e a AMB, em articulação com a deputada Iara Bernardi, construíram uma proposta de emenda à LDO e à PEC, que foi encaminhada por Bernardi na última sexta, quando encerrou-se o prazo para apresentação de emendas à LDO.

Na emenda, a deputada inclui como prioridade na LDO o apoio a projetos municipais para educação de crianças de 0 a 3 anos, considerando que o Estado brasileiro atende apenas 11,6% de crianças nesta faixa etária e que o Plano Nacional de Educação estabelece que este atendimento deve chegar a 50%, até 2011.

Consultoria técnica da Câmara já apontou, este ano, que se não forem criadas as condições de financiamento, dificilmente serão alcançados as metas do Plano e o compromisso firmado pelo Presidente Lula em relação a este direito fundamental das crianças e das mulheres, que ainda são sobrecarregadas na sociedade com a maior parte do trabalho reprodutivo.